Ensaios & Debates

A Lei 10639/03 como Instrumento Legalizador de Práticas Educativas sobre a Memória Negra.

Clara Suassuna Fernandes[1]

Tudo começou quando fui chamada para trabalhar no NEAB, na gestão do prof. Moisés Santana. Iniciando como professora na UFAL, fui convidada pelo prof. Zezito de Araújo a desenvolver um trabalho junto às comunidades quilombolas: uma pesquisa sobre as suas histórias tendo como instrumento primordial, um gravador, já que trabalhava com memória. A partir dele comecei a gravar os depoimentos de uma parcela da sociedade, que há muito tempo precisava ser retratada, valorizada e que sempre foi colocada no esquecimento pensado e estruturado pela classe política da região. Fizemos o trabalho e obtivemos bons resultados. Portanto, venho me identificando com o trabalho de uma maneira especial e é impossível não defender a causa.

Começamos a trabalhar junto às questões das diretrizes curriculares e de como aplicar tais medidas nas escolas do estado de Alagoas. Sabemos que o estado apresenta um dos piores Índices do Desenvolvimento Humano (IDH) do país e tal índice ainda piora, quando vamos analisar as condições das comunidades negras ou remanescentes de quilombolas pelo interior. É uma situação assustadora, mas há possibilidades de mudança das estatísticas, quando temos algumas ações concretas de capacitação para os professores do ensino médio e fundamental por causa das diretrizes (a Lei 10.639/03). As mudanças começaram a aparecer também no ensino superior, seja através de disciplinas específicas nos currículos obrigatórios de determinados cursos como História e Educação, seja em disciplinas eletivas como: Saúde da População Negra ou sobre a Lei 10.639/03, a primeira no curso de Medicina e a outra no curso de História, pois a universidade é responsável pela formação dos futuros professores que irão trabalhar nas redes privadas ou públicas do ensino.

O processo é lento e algumas estruturas sacralizadas e fundamentadas historicamente precisam ser questionadas e destruídas, para que as reparações nas

[1] Professora no Curso de História da UFAL, Diretora do NEAB/AL. A conceituação negra apresentada no texto foi colocada propositalmente, para uma melhor compreensão, mas é ideal ter como marca os afro-descendentes brasileiros, já que a denominação negra foi criada pelo pensamento dominador cristão para justificar o escravismo colonial.

instituições ou na formação individual dos envolvidos sejam aplicadas de fato. Acredito que tais medidas não serão, e não são fáceis de serem aplicadas e respeitadas, pois a nossa sociedade brasileira ainda não quer enxergar e não se vê como responsável por uma situação discriminatória, racista e preconceituosa construída e justificada como correta durante séculos de história da nossa dominação. Existiu a dominação social, política, econômica, mas existiu uma dominação pior, a emocional, onde a construção do ser colonizado foi apontada como menor e ainda hoje continuamos a acreditar nisso.

A democracia racial ainda está presente no imaginário coletivo da nossa população, independente do grau de escolaridade ou de esclarecimento que cada um dos indivíduos possua. É fácil e indolor acreditar na democracia racial no Brasil, principalmente porque ninguém nos diz que tal miscigenação foi executada não pela docilidade entre os pares, mas o processo se deu pela violência e pela mutilação do lado mais fraco, a do dominado (escravizado, sem identidade pessoal ou familiar). É nesse ambiente perverso que a pluralidade étnica brasileira se monta, criando uma teia de significados e de problemas a serem resolvidos. Somente agora (a partir do final do século XX) que as feridas obscurecidas pelo silêncio começaram a ser vistas pelos estudiosos, mas não somente o processo escravista – já que a temática foi e é amplamente estudada. Mas, a etnia afro-descendente não se resume ao processo escravista.

Enquanto os indivíduos, trabalhadores africanos na condição de escravos, eram vistos pelas representações pictográficas de Debret, pela ótica romântica, foi possível de aceitá-los e defendê-los, mas a partir do momento que o movimento negro, através das mais variadas ações junto às outras representações sociais de caráter oficial ou não, tentou tirar as figuras das molduras e colocá-las no âmbito do convívio social, o comportamento das pessoas mudou. Passou a se tomar uma ação de limites e o romântico ficou para trás. Somos questionados diariamente do porquê das ações. A venda dos olhos pode ter sido tirada, mas o abrir dos olhos ainda não aconteceu. Existem dois tipos de mundo construídos e que dos quais pode se tomar partido: o mundo real e o ideal. Ver o mundo real pode ser uma difícil ação pela dor que ele apresenta a partir das diferenças sociais existente entre os indivíduos. O mundo ideal não provoca dor, nem precisa ser reparado, pode ser ou é dogmático, portanto, inquestionável, e nele há a perfeição.

O nosso país é o segundo no mundo no que se refere aos números da população parda e negra, só que tal parcela da sociedade não está no mercado de trabalho, pois a ela não foi dado o direito à educação, nem no seu estágio mínimo. A ela também não foi dado o direito à saúde, participação na política, e ainda a sua cultura – quando não é vista como

inferior – é apresentada como folclórica, principalmente no que se refere à capoeira e mais estranhamente quando se refere à religião. É preciso fazer um parêntese, para que você – o leitor – entenda o que estou afirmando. Recentemente, estava dando uma capacitação na cidade de Palmeira dos Índios – cidade interiorana de Alagoas e apresentando as diretrizes para um grupo de professores do município. Em um determinado momento estava falando sobre a beleza e desconhecimento da religiosidade afro no Brasil, quando um professor afirmou que já tinha estudado a religiosidade afro-brasileira na disciplina de folclore. Imediatamente perguntei se ele tinha estudado as outras religiões também nesta conotação e ele me afirmou que não. Mais uma vez perguntei por que a religião de matiz africana deveria ser vista com conotação folclórica? São ações em cadeia e que precisam ser reparadas imediatamente e em caráter emergencial. Os erros são cometidos e reproduzidos por nossos educadores e o pior é que não são reconhecidos como sendo errôneos devido aos conceitos tão introjetados que impedem o reconhecimento dos reais problemas sociais e políticos que podem provocar em todos nós.

O mesmo acontece quando se fala sobre a capoeira. Ora é vista como dança, ora é vista como luta, ora como um bem para a saúde, mas ainda carrega a denominação do folclore. Quantas categorias podem entrar na conceituação da fantasia popular pelo simples desconhecimento, pela negação pura e simples ou pior pelo medo?

Medo real durante todo o período da nossa história colonial e imperial, quando a nossa população negra era a suprema maioria e qualquer ação positiva poderia fazer com que o negro se revoltasse, tirando da mão do branco europeu dominador, os instrumentos do poder. Acredito que esse medo ainda está nas entranhas memoriais da nossa sociedade e a grande parcela dela, desconhece a história. Muita coisa está sendo revista agora, pois a nossa história sempre foi marcada por violência, ditaduras e imposição do silêncio. A abertura democrática no país ainda está sendo aprendida por todos nós, e com isso haverá a mudança de percepção, mas os passos são lentos e, às vezes, interrompidos.

A diretriz curricular para ser aplicada nas escolas pode ser um dos caminhos legais para identificarmos e atuarmos positivamente com sucesso, de modo a provocar uma mudança de fato possibilitando tornar o mundo real com medidas do mundo ideal. Acredito que o sucesso só acontecerá caso esteja associado às Políticas de Ações Afirmativas.

Não sou uma esperançosa idealizadora, pois nesse caso não há qualquer ação racional, mas acredito no trabalho, mesmo entendendo que tais ações ou medidas não vão provocar reações imediatas. Desconstruir ou refazer é mais trabalhoso e moroso, mesmo

assim possível de acontecer, vai depender das alianças, dos níveis de compreensão e de comprometimento que cada um tenha com a história, seja com o passado, seja com o presente.

Até pouco tempo atrás, o indivíduo comum não se via como agente da história, muito menos o dito "de cor" (negro da terra ou o negro africano). Não há como haver uma mudança na mentalidade secular de maneira imediata. Temos que lutar para que isso vá sendo construído, mas sabendo que as idéias pensadas e defendidas nos livros e nas teses acadêmicas demoram a ser realmente absorvidas. A construção do pensamento não caminha com a mesma velocidade das nossas ações. Há um período de maturação, de questionamentos quando os pensamentos são apresentados como verdade, para só então haver a dita mudança e, na maioria dos casos, o indivíduo não vive o tempo necessário para constatar as mudanças. Isso pode ser um ponto da angústia que todo humano carrega silenciosamente. Nós queremos usufruir e participarmos como agentes na construção da sociedade.

As escolas estão sem saber como aplicar a lei, mas há outro problema tão complexo, como a falta de material específico para as salas de aula. As escolas particulares não participam dos debates promovidos pelas secretarias de educação sobre o assunto. Tal situação pode representar vários problemas: a escola não é capaz de debater o assunto, por ignorar a questão étnica; recebem poucos alunos afro-descendentes, o aluno negro está impossibilitado de estudar na escola particular, pois ele está na linha da pobreza. São vários os questionamentos que ainda são silenciados pelos campos da particularidade. Casos de preconceito não existem em tais escolas? Claro que isso acontece, pois a escola é composta por uma sociedade preconceituosa e racista. Exemplos de intolerância são comuns, mas alguns ganham o campo da mídia como aconteceu no Rio Grande do Sul, quando a Universidade foi pichada com expressões pesadas, ou quando um Professor da Universidade de Brasília (UNB) foi punido por tratar um aluno com palavras de cunho racista. É o primeiro caso dentro do ensino superior que foi levado às últimas instâncias da justiça, depois de um ano de luta do discente. Durante todo esse tempo, o aluno foi ameaçado e acusado de praticar a propaganda para si. É importante e necessário que o debate sobre a Lei aconteça e haja ações de estudo também no terceiro grau, onde há docentes impregnados de preconceitos.

A mudança precisa acontecer em todas as instâncias educacionais do nosso país e a universidade não pode ficar de fora, ela é responsável pela formação dos jovens que irão para as escolas. O debate e a reavaliação deveria ser uma prática entre as instituições

universitárias, mas isso não é ainda uma prática comum entre elas. O país tem inúmeros centros de ensino superior e apenas algumas têm o sistema de cotas nos seus programas de política de ações afirmativas. Nossa mentalidade ainda é conservadora e escravocrata. As políticas das Ações Afirmativas não terão um caráter de eternidade, mas isso não é esclarecido nos meios de comunicação à sociedade, provocando muito mais a linha de tensão entre aqueles que não são a favor.

As diretrizes vão servir de instrumentos para que a mentalidade seja modificada, mas não será uma ação imediata, serão necessários anos de desconstrução para a formação de uma nova percepção. Mas ações como: reconhecimento das comunidades quilombolas, políticas de ações afirmativas, visibilidade insuficiente na mídia de uma população negra ativa e fora dos ambientes domésticos, são reflexo de movimentos sociais. Fortalecendo a auto-estima na escola é o primeiro passo que pode ser feito, pois a reboque disso virão a valoração, a respeitabilidade e a coragem de enfrentar os desafios que a sociedade impõe àquele que é considerado minoria.

Quando visitamos as comunidades quilombolas ou os municípios mais distantes do centro da capital no Estado de Alagoas, verificamos que os professores procuram informações e soluções para a aplicabilidade da lei com a maior ansiedade, mas a maioria deles aguarda produtos prontos e com soluções imediatas. Isto não existe. Há sim uma mentalidade e uma produção historiográfica escravista bastante estudada e debatida, mas fora dessa mentalidade nada foi construído para valorar a cultura afro no Brasil. Temos, portanto, que criar todos os mecanismos, desconstruir os preconceitos e apontá-los, pois na maioria das vezes, os próprios não percebem como os mecanismos de negatividade estão na nossa fala, piadas ou brincadeiras, além do próprio desconhecimento cultural da identidade afro no nosso país. Isso é resultado de uma cultura de negatividade que foi implantada no século XVI no país e somente no século XIX foi oficialmente banida, mas o pensamento não age com a mesma velocidade técnica das teorias. A dita abolição aconteceu apenas no dia de ontem, mas o pensamento de dominação e de rejeição continua no nosso interior. Há que se ter necessariamente mecanismos que acelerem as estruturas legais e de pensamento. Desconstruir valores sacralizados demanda esforço e tempo, e a população negra e parda do país está cansada de tantas esperas. Felizmente, há a união de diversos segmentos sociais que junto aos núcleos governamentais trabalham para que medidas legais sejam tomadas.

A Lei 10639/03 é resultado da luta conjunta, mais especialmente do movimento negro, junto às outras categorias sociais e à representação governamental. É uma resposta

efetiva e que dará certo, mas os obstáculos e as resistências estão aparecendo agora. Poucas escolas particulares aqui em Alagoas participam do debate ou incluem nos currículos escolares a temática. Teremos que fazer trabalhos de esclarecimento para que haja a aceitabilidade institucional.

Os preconceitos estão mais à mostra, mesmo quando as pessoas dizem que isso ou aquilo não são atitudes preconceituosas, tapando com a peneira algo que foi aprendido como verdade e que teve a execução abençoada pela igreja católica. Tudo isso faz parte de visão histórica secular, mas errada.

As comunidades quilombolas precisam ser estimuladas a se reconhecerem enquanto grupo e a lei pode favorecer para que o reconhecimento aconteça de fato, caso contrário, o nosso trabalho será muito mais lento. A sociedade civil e a legal precisam também ter tal entendimento, pois sozinhas, as comunidades continuarão sendo rejeitadas. A existência da lei não garante o sucesso do reconhecimento, e a educação nesse processo tem um papel fundamental. Algumas comunidades remanescentes como: Muquém, Carrasco, Cajá dos Negros, Oiteiro, Boca da Mata sabem da existência da Lei, mas como já foi apontado acima, não dispõem de mecanismos didáticos para aplicar e desenvolver ações concretas. Isso impede qualquer resultado positivo, e pode acontecer o pior: a medida ser congelada no papel como outras ações legais existentes na nossa constituição. A Lei pode vir e através dela ou por causa dela, mas os meios oficiais precisam fiscalizar as escolas na tentativa de avaliarem como a temática afro-descendente está sendo aplicada.

No momento, a aplicação das diretrizes está longe de ser ideal, há uma completa desinformação ainda sobre o que é a lei. Existe muita resistência ideológica entre os profissionais da educação ou entre os dirigentes políticos. Somente com um processo informativo e educacional que a postura de negação às questões negras pode ser substituída por uma de valoração. Haverá um grande retrocesso se os próximos dirigentes não forem sensibilizados dos problemas étnicos que o país enfrenta. A reparação está começando a ser feita, mas ela ainda não está de forma homogênea.

Precisamos saber como vive a comunidade remanescentes de quilombo do país. As comunidades em Alagoas, na sua maioria, vivem na miserabilidade, não dispõem de saneamento básico e muito menos água de qualidade. As casas não dispõem de banheiro e, portanto, as necessidades fisiológicas são feitas ao ar livre. O lixo não pode ser recolhido, pois o acesso a elas nem sempre é fácil e os dejetos são queimados ou deixados ao ar livre, podendo provocar contaminações e doenças às crianças e adultos.

Em Oitero, vimos a presença de carro de lixo, mas a não comunidade dispõe de calçamento e hoje a cidade de Penedo incorporou o lugar, sendo considerado um bairro. Apesar de ter uma organização urbana similar a um bairro e ter uma visibilidade mais comum aos nossos olhos, Oitero apresenta problemas alarmantes, quanto à embriaguês de mulheres, jovens e adultos, há alto índice de prostituição juvenil, tudo isso atribuído a falta de trabalho fixo para a população. Vários relatos apresentaram a necessidade de trabalho que só aparece no dia da padroeira da cidade. Enquanto estávamos por lá, vimos mulheres e homens cambaleando no meio da rua, aparentemente sem destino. Quando falamos com a médica no posto de saúde, foi nos informado que existe um percentual alto de pessoas com pressão alta e o posto distribui remédios a quem procura e necessita. Há um mapeamento e um controle daqueles que solicitam o remédio pelo centro. A escola da comunidade é grande e funciona nos três horários. Segundo o coordenador da escola, há um alto índice de desistência, principalmente, entre os jovens. Outros dados que nos chamou a atenção foi quando o profissional nos disse que há muitos casos de paralisia cerebral entre os alunos. Como não sou da área médica não posso tirar nenhuma conclusão, mas pode ser mais um dado preocupante. Quanto ao conhecimento da campanha sobre a AIDS, eles sabem da necessidade do uso do preservativo, mas não sabemos se há o uso do mesmo.

Em cada comunidade que visitamos tivemos surpresas, pois cada uma delas é um mundo em particular. Podem viver da cerâmica, artesanato em palha, cultivo familiar de mandioca, comunidade basicamente familiar, pessoas com traços fortes, marcados pelo sol, de uma beleza ímpar, que na maioria dos casos vivem isolados, pois as estradas no período da chuva podem desaparecer como foi o caso da comunidade Boca da Mata. A nossa equipe, composta por estudantes cotistas teve que sair do carro várias vezes para que o motorista pudesse tirar o veículo das valas. Pouco tempo depois, a estrada desapareceu por completo e a comunidade ficou isolada do município de Taquarna.

Sabendo dessa memória silenciosa, poderemos ter base para estudar, compreender o porquê da história e entender a nossa identidade.

LIVROS QUE ABORDAM A TEMATICA DA LEI 10.639/03

1. FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT STIFTUNG. *Um fórum para a igualdade racial: articulação entre Estados e Municípios*. São Paulo: Ed. SEPPIR, 2005.
2. MARCON, Frank & SOGBOSSI, Hippolyte Brice (org). *Estudos Africanos, História e cultura Afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03***.** São Cristóvão**:** UFS, 2007.

3. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação Africanidade Brasil***.**Brasília: SECAD, 2006.

4. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Brasil Afroatitude: primeiro ano do programa*. Brasília-DF: Ministério de Saúde / Secretaria de Vigilância em Saúde / Programa Nacional de DSTs e AIDS, 2006.

5. OLIVEIRA, Vicente de Paula (org). *Construção de Identidade e Inclusão Social do Afrobrasileiro***.** Belo Horizonte**:** Ed. UEMG-PROPEX, 2005.

6. RAMOS, Maria Nogueira, et ali (org). *Diversidade na Educação: reflexões e experiências***.** Brasília: Secretária de Educação Média e Tecnológica, 2003.

7. SANTOS, Renato & LOBATO, Fátima (orgs). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

8. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. *Educação Anti-Racista: caminhos abertos para a Lei Federal nº 10.639/03*: Brasília: SECAD, 2005.

9. SECRETÁRIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Relatório de Atividades 2005: promoção da igualdade racial.* Brasília: SEPPIR, 2005.